



ACTA N.º 12 – Aos trinta dias do mês de Junho do ano dois mil e onze, nesta Cidade de Santa Maria da Feira, no Auditório da Biblioteca Municipal, reuniu às vinte e uma horas e trinta minutos, passava já da hora marcada, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, presidida pelo Exmo. Presidente da Assembleia – José Manuel Moreira Cardoso da Costa – e secretariada pelos senhores Sérgio Reis Ribeiro e Francisco Barbosa de Oliveira Maia, com a seguinte “Ordem do Dia”:

- 1 – Acta N.º 11 – Sessão Ordinária de 29 de Abril de 2011;
- 2 – Informação sobre a Actividade e Situação Financeira do Município;
- 3 – Proposta de alteração ao Mapa de Pessoal (previsional) 2011;
- 4 – Aquisição de bens “Fornecimento de Combustíveis e Equipamento Necessário ao Abastecimento e Software de Gestão de Frota”
 - Autorização da repartição de encargos;
- 5 – Reabilitação do Rio Uíma – Aquisição de terrenos destinados à construção de percursos pedonais e de ciclovias / Alteração das condições de pagamento respeitantes ao contrato-promessa de compra e venda a celebrar com Mário Francisco Coelho e esposa
 - Autorização da repartição de encargos;
- 6 – Fixação de preço para venda do livro “O Castro de Romariz”, de autoria do Professor Doutor Rui Manuel Sobral Centeno (*para conhecimento*);
- 7 – Documentos de Prestação de Contas da Associação de Municípios das Terras de Santa Maria do ano de 2010 (*para conhecimento*);
- 8 – Procedimento concursal para o “Fornecimento de refeições escolares em confecção local e refeições a transportar para Jardins-de-Infância e Escolas do 1.º CEB do Município de Santa Maria da Feira”
 - Autorização da Repartição de Encargos.

A Câmara Municipal fez-se representar, nesta sessão, pelo seu Presidente – Alfredo de Oliveira Henriques, e pelos senhores vereadores Emídio Ferreira dos Santos Sousa, Cristina Manuela Cardoso Tenreiro, José Manuel da Silva Oliveira, Teresa Alexandra Alves Rodrigues Vieira, Alcides Alves Branco de Carvalho, António Ferreira de Bastos, Margarida



Maria Santos Soares da Rocha Gariso, Sérgio Manuel Murteira Cirino e Márcio dos Santos Correia. -----

Sr. Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão, começando por saudar os membros presentes. -----

Iniciou os trabalhos chamando a atenção para a necessidade da Assembleia Municipal dar posse, como membro deste Órgão, ao Presidente da Junta de Freguesia de Canedo, Sr. Vítor Carlos Latourrette Marques, na sequência do resultado verificado nas eleições intercalares ocorridas naquela freguesia, levadas a efeito no passado dia 12 do mês corrente. Solicitou ao Sr. Vítor Marques para se abeirar junto da Mesa, para tomar posse como membro da Assembleia. -----

O *Sr. Vítor Marques* abeirou-se da Mesa e leu, em voz alta, a seguinte declaração de tomada de posse: -----

“Afirmo solenemente pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas”. -----

Em seguida, assinou a respectiva listagem de presenças e tomou o seu lugar na sala.” -----

Posto isso, a Mesa deu nota à Assembleia que, até àquele momento, tinha dado entrada na Mesa quatro credenciais: uma do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Arrifana, que delegou a sua representação, nesta sessão, no Secretário daquela Junta – David Manuel Pinho Soares Ferreira, uma do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Fiães, que delegou a sua representação, nesta sessão, na Vogal daquela Junta – Maria André Melo Silva, uma do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Lobão, que delegou a sua representação, nesta sessão, na Secretária daquela Junta – Susana Daniela Ferreira da Silva, e uma do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria da Feira, que delegou a sua representação, nesta sessão, no Tesoureiro daquela Junta – Alberto de Oliveira Tavares. -----

Informou, também, que sete deputados municipais – nomeadamente os membros José Manuel Milheiro de Pinho Leão (PSD), Pedro Miguel de Pinho Pereira (PSD), Idalina Noémia Pais de Sousa e Sá Abreu (PS), Richard Armando de Sá Neves (PS), Rui Jorge Ribeiro Tavares (CDS-PP), António de Oliveira e Silva (BE), e Lúcia Alexandra Pereira de Sousa Gomes



[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

(CDU) – solicitaram, nos termos da Lei, e dada a impossibilidade em estarem presentes pelos motivos expostos nas próprias comunicações, serem substituídos nesta sessão. -----

Comunicou que, nos termos da Lei, o membro José Manuel Leão era substituído, na sessão, pelo Sr. Alberto Oliveira Malta. -----

Quanto à substituição do membro Pedro Miguel Pereira, referiu que os dois cidadãos a seguir na lista da mesma força partidária (PSD) – Maria Isabel Fontes Ribeiro da Silva e Rui Fernando Guedes Ribeiro – através de comunicações remetidas à Mesa, solicitaram, de igual forma, serem substituídos. Verificando-se que o cidadão imediatamente a seguir nessa lista – Samuel Almeida Reis – se encontrava presente para o efeito, então o Sr. Presidente da Mesa informou a Assembleia que o Sr. Samuel Reis substituída, na sessão, o membro Pedro Pinho Pereira. -----

Quanto à substituição da deputada municipal Idalina Abreu, referiu que o cidadão a seguir na lista da mesma força partidária (PS) – Samanta Joana da Silva Maia – através de comunicação remetida à Mesa, solicitou, de igual forma, ser substituída. Verificando-se que o cidadão imediatamente a seguir nessa lista – Manuel António de Oliveira Ferreira – se encontrava presente para o efeito, então o Sr. Presidente da Mesa informou a Assembleia que o Sr. Manuel António Ferreira substituída, na sessão, a deputada municipal Idalina Abreu. -----

Relativamente ao pedido de substituição do membro Richard Neves, comunicou que, nos termos da Lei, o mesmo era substituído, na sessão, pelo Sr. António Ferreira Pinto. -----

Sobre os pedidos de substituição dos membros Rui Tavares e António de Oliveira Silva informou que, nos termos da Lei, os mesmos eram substituídos pelos cidadãos imediatamente a seguir nas respectivas listas – CDS-PP e BE – ou seja, pelos Srs. Frutuoso Tomé dos Santos Resende e Nuno Miguel Pinto Serrano, respectivamente. -----

Quanto à substituição da deputada municipal Lúcia Gomes, referiu que o cidadão a seguir na lista da mesma força partidária (CDU) – Ricardo Jorge Dias Cardoso – através de comunicação remetida à Mesa, solicitou, de igual forma, ser substituído. Verificando-se que o cidadão imediatamente a seguir nessa lista – Pedro Lopes de Almeida – se encontrava presente para o efeito, então o Sr. Presidente da Mesa informou a Assembleia que o Pedro Almeida substituída, na sessão, a deputada municipal Lúcia Gomes. -----

Para além desses membros atrás referidos – presentes em substituição/representação de outros



[Handwritten signature]

– encontravam-se presentes os seguintes membros da Assembleia Municipal: -----

Adriana Marisa da Silva Cardoso; Adriano Serafim Resende Martins; Alexandra Patrícia Alves de Sousa; Ângelo César da Silva Castro; António Alves Cardoso; António André da Silva Topa; António Domingues Pereira; António Vilar de Oliveira; Arménio Magalhães de Oliveira; Carla Adriana da Piedade Moreira e Santos Pinto; Francisco Barbosa de Oliveira Maia; Jorge Manuel Fernandes Oliveira da Silva; José Carlos Pinto da Silva; José Manuel Moreira Cardoso da Costa; Marco Aurélio Oliveira Jesus; Maria Filomena Leite Ferreira; Maria Marília da Conceição e Paiva Brandão; Maria Olinda de Oliveira Reis Coelho; Telmo André dos Santos Gomes; Victor José dos Santos Neves; e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Caldas de São Jorge – José Carlos Baptista Martins; Canedo – Manuel de Jesus; Escapães – Gastão Valente Pinto da Silva; Fornos – Luis André Dias Ferreira Assunção dos Santos; Guisande – Mário Luís Fernandes da Silva; Louredo – José Fernando Moreira; Lourosa – Sérgio Reis Ribeiro; Milheirós de Poiares – Augusto de Pinho Santos; Mozelos – Jorge Manuel Ferreira Ferreira; Nogueira da Regedoura – Henrique Pereira Ferreira; Paços de Brandão – Firmino Gomes da Costa; Rio Meão – Mário Jorge de Castro Reis; Romariz – Manuel Jacinto da Conceição Moreira; S. Paio de Oleiros – David Ferreira Rodrigues; e Vila Maior – Manuel Mota Araújo. -----

Seguidamente, e na sequência do que foi sugerido à Mesa e aceite pela mesma na sessão de 25 de Junho de 1999 quanto à omissão da leitura da síntese da correspondência recebida e emitida pela Mesa deste Órgão, e que continuou a ter a aceitação de todos e por isso continua a ser prática durante este mandato, o Sr. Presidente da Assembleia informou que se encontrava disponível a relação, bem como os respectivos documentos, para que os Srs. membros os pudessem consultar, caso o pretendessem.-----

É do seguinte teor a síntese da correspondência recebida e emitida pela Mesa da Assembleia Municipal, após a sessão ordinária de 29 de Abril de 2011:-----

- “Ofício do Presidente da Comissão Executiva da Área Metropolitana do Porto, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo exemplar da iPorto 18 – agenda metropolitana da cultura (bimestre de Maio e Junho de 2011);-----
- E-mail do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Fiães – Bernardino Ribeiro, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, solicitando a justificação de sua falta à sessão ordinária realizada pela Assembleia Municipal no dia 29 de Abril de 2011, em virtude de



[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

- se ter realizado, nesse dia, a reunião da Assembleia de Freguesia de Fiães;-----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para conhecimento e devidos efeitos, cópia de duas facturas emitidas pela Indaqua Feira, entregues à Mesa da Assembleia pela deputada municipal Lúcia Gomes no decorrer da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 29 de Abril de 2011, na sequência do discutido na mesma sessão a propósito da cobrança das taxas de rede de água, de saneamento e de recolha de lixo; -----
 - E-mail do Secretário-geral Adjunto da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo circular 81/2011-AGIRAO, informando que se encontra disponível no site da ANMP uma Resolução aprovada, por unanimidade, pelo Conselho Directivo da ANMP, sobre o “Memorando de Entendimento” entre o Governo português, o FMI, o BCE e a União Europeia; -----
 - Convite conjunto da Comissão de Vigilância do Castelo de Santa Maria da Feira, do Conservatório de Música de Fornos, do Ministério da Educação e o Fundo Social Europeu, e da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal e Família, para assistir ao Concerto dado pela Orquestra de Câmara do Conservatório de Música de Fornos – Santa Maria da Feira, que se levou a efeito no dia 14 de Maio de 2011; -----
 - Ofício do Presidente do Conselho Directivo da Associação de Municípios das Terras de Santa Maria, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, em cumprimento do estipulado no DL n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, os Documentos de Prestação de Contas do ano de 2010 daquela Associação; -----
 - Ofício do Sr. Presidente da Câmara, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, as minutas e actas das reuniões da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 18 de Abril e de 02 de Maio de 2011; -----
 - Convite do Presidente da Direcção do Clube Desportivo Feirense, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para assistir ao jogo da última jornada da Liga Orangina 2010/2011, que se realizou no dia 28 de Maio de 2011, no qual a equipa do Feirense se podia sagrar campeã dessa Liga, na época 2010/2011; -----
 - Requerimento da deputada municipal Lúcia Alexandra Gomes, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, subordinado ao assunto “Falta de planeamento industrial em



- Fiães”;-----
- Ofício do Sr. Vereador do Pelouro de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, a minuta e a acta da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 16 de Maio de 2011;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, o teor do requerimento que lhe foi endereçado pela deputada municipal Lúcia Alexandra Gomes, subordinado ao assunto “Falta de planeamento industrial em Fiães”;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Presidente da Direcção do Clube Desportivo Feirense, lamentando não ter podido estar presente no jogo realizado pelo Feirense no dia 28 de Maio, respeitante à última jornada da Liga Orangina 2010/2011, não deixando de, como feirense e Presidente da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, deixar de exprimir formalmente ao Presidente do Clube, ao Clube Desportivo Feirense e a todos os protagonistas pelo êxito da subida da equipa de futebol sénior à I Liga de Clubes, as suas mais vivas felicitações;-----
 - Ofício do Sr. Vereador do Pelouro de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, a minuta e a acta da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 30 de Maio de 2011;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Presidente da Junta de Freguesia de São Miguel de Souto, acusando e agradecendo o convite para a inauguração do Parque de Lazer daquela freguesia, evento realizado no dia 18 de Junho de 2011, bem como informando que, por outro compromisso anteriormente assumido, não poderia estar presente nesse acto;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a todos os membros que constituem este Órgão (remetido por protocolo), convocando-os para esta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 30 de Junho de 2011, bem como informando qual a respectiva “Ordem do Dia”;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, informando-o, bem como à Exma. Câmara, da realização desta sessão
-



- ordinária da Assembleia Municipal, de 30 de Junho de 2011, e indicando a respectiva “Ordem do Dia”;
- Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, informação escrita acerca da Actividade e Situação Financeira do Município (para ser presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 de Junho de 2011);
 - Circular 105/2011 [365] da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo o cartão de Delegado ao XIX Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, a realizar no próximo dia 9 de Julho de 2011;
 - Circular 105/2011 [366] da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Paços de Brandão – Firmino Costa (eleito pela Assembleia para representar as Juntas de Freguesia do Concelho no XIX Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, a realizar no próximo dia 9 de Julho de 2011), remetendo o cartão de Delegado ao congresso em referência;
 - E-mail da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando que a documentação relativa ao XIX Congresso daquela Associação, a realizar no próximo dia 9 de Julho, já se encontra disponível na página da ANMP na internet;
 - Convite do Presidente do Conselho de Administração da empresa Sousa & Ribeiro, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para o cocktail inaugural da “Sénior Residence”, a levar a efeito no próximo dia 1 de Julho;
 - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo informação no seguimento do requerimento efectuado pela deputada municipal Lúcia Gomes, subordinado ao assunto “Falta de planeamento industrial em Fiães”;
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, à deputada municipal Lúcia Gomes, remetendo cópia do ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, onde é dada informação na sequência do requerimento efectuado pela deputada municipal, subordinado ao assunto “Falta de planeamento industrial em Fiães”;
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a todos os membros que constituem



- este Órgão (remetido por protocolo), relativo a aditamento de um ponto à Ordem do Dia desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 30 de Junho de 2011; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, informando-o, bem como à Exma. Câmara, do aditamento de um ponto à Ordem do Dia desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 30 de Junho de 2011; --
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Presidente do Conselho de Administração da empresa Sousa & Ribeiro, acusando e agradecendo o convite para o cocktail inaugural da “Sénior Residence”, a realizar no dia 1 de Julho de 2011, congratulando-se pela iniciativa mas informando que compromissos pessoais o impedem de estar presente a esse evento;-----
 - Ofício do Sr. Vereador do Pelouro de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, a minuta e a acta da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 13 de Junho de 2011;-----
 - E-mail do deputado municipal Pedro Pinho Pereira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, comunicando não poder estar presente, por motivos profissionais, nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 de Junho de 2011, solicitando, por esse motivo, a sua substituição na mesma pelo cidadão seguinte na lista eleitoral do Partido Social Democrata; -----
 - E-mail da deputada municipal Idalina Sá Abreu, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, requerendo, por motivos pessoais, a sua substituição, nos termos legais, nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 de Junho de 2011;-----
 - E-mail do deputado municipal José Manuel Leão, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, solicitando, em virtude de se encontrar ausente, a justificação da sua falta a esta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 de Junho de 2011, bem como ser substituído na mesma pelo cidadão seguinte na lista eleitoral do Partido Social Democrata;
 - Comunicação da deputada municipal Lúcia Gomes, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, solicitando a justificação da sua falta a esta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 de Junho de 2011, uma vez não lhe ser possível estar presente por motivos profissionais, bem como a sua substituição pelo cidadão seguinte na lista eleitoral da Coligação Democrática Unitária;-----



- Comunicação de Ricardo Jorge Dias Cardoso – cidadão seguinte à Lúcia Gomes na lista eleitoral da Coligação Democrática Unitária, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, solicitando a justificação da sua falta a esta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 de Junho de 2011, uma vez não lhe ser possível estar presente por motivos profissionais, bem como a sua substituição pelo cidadão seguinte na mesma lista eleitoral;
- Comunicação do deputado municipal Rui Tavares, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, solicitando, em virtude de, no mesmo dia e à mesma hora, ter uma reunião da Assembleia Metropolitana do Porto, ser substituído, nos termos do regimento em vigor, nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 de Junho de 2011; -----
- Ofício do Presidente da Assembleia Metropolitana do Porto, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, convidando-o para estar presente na sessão ordinária que aquela Assembleia realiza hoje, dia 30 de Junho, às 21h00, bem como indicando a Ordem de Trabalhos dessa sessão; -----
- E-mail dos serviços da Junta de Freguesia de Canedo, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando que, na sequência das eleições intercalares para a Assembleia de Freguesia de Canedo, ocorridas a 12 de Junho de 2011, o Dr. Vítor Carlos Latourrete Marques tomou posse ontem, dia 29 de Junho de 2011, assumindo as funções de Presidente da Junta de Freguesia de Canedo; -----
- Comunicação do deputado municipal António de Oliveira e Silva, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 de Junho de 2011, solicitando, por esse motivo, a sua substituição na mesma, nos termos da lei; -----
- Diversos jornais e revistas.”-----

PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* informou de que deu entrada na Mesa um voto de louvor, apresentado pelo membro Fernando Moreira (PSD); uma moção, apresentada pelo membro António Cardoso (pelo grupo municipal do PS); e duas recomendações apresentadas pelo membro Nuno Serrano (BE).-----

Informou que começaria pela leitura e votação do voto de louvor e, seguidamente, passaria a submeter a discussão conjunta a moção e as recomendações. Pediu a um dos Secretários da



Mesa para efectuar a leitura do voto de louvor apresentado pelo membro Fernando Moreira, cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“A Associação de Dadores Benévolos de Sangue de Santa Maria da Feira está a comemorar o seu 20.º Aniversário.-----

Fruto de um trabalho persistente, por todo o concelho, há muito que conseguiu ser a associação que mais sangue dá ao País, contribuindo assim de forma decisiva para que a auto-suficiência do País possa ser uma realidade.-----

Por tudo isto, parece-me oportuno que nesta data, e como forma de agradecimento e reconhecimento a todos quantos de forma voluntária se empenham na organização das acções de recolha bem como a todos os dadores, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira aprove um voto de louvor para a Associação de Dadores Benévolos de Sangue de Santa Maria da Feira.”-----

Submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade e aclamação, estando presentes 46 dos 64 membros que compõem este Órgão, aprovar o Voto de Louvor em referência, com a indicação do teor do mesmo ser dado a conhecer à respectiva Associação.-----

Entraram os Presidentes das Juntas de Freguesia de Espargo – Susana Alexandra Lopes Correia, Pigeiros – Feliciano Martins Pereira, Sanguedo – José Nogueira da Silva, e Vale – Joaquim de Almeida Rocha. Entrou, também, a Vogal da Junta de Freguesia de Argoncilhe – Sandra Maria da Silva Castro – em representação do Sr. Presidente daquela Junta, tendo entregue à Mesa o respectivo pedido de substituição, devidamente assinado.-----

Em seguida, o Sr. Presidente da Assembleia pediu a um dos Secretários da Mesa para efectuar a leitura da moção e das recomendações, cujos teores, seguidamente, se transcrevem:-----

Moção apresentada pelo membro António Cardoso (PS):-----

“Considerando que a defesa do meio Ambiente, o Ordenamento do Território é uma obrigação de todos.-----

Considerando a existência de crimes ambientais como a poluição de rios, do ar, excesso de ruído, degradação das florestas, etc.-----



Considerando o aparecimento de construções clandestinas ilegalizáveis que contribuem para a degradação do Ordenamento do Território muitas vezes geradoras de conflitos sociais. -----

Perante as considerações acima expostas tudo deve ser feito para facilitar a participação dos cidadãos na defesa do Ambiente, Ordenamento do território e da qualidade de vida das pessoas. -----

Assim, é inaceitável que o Regulamento Municipal de Urbanização obrigue ao pagamento de taxas de 15 ou de 25 euros aos cidadãos que apresentem uma denúncia/reclamação sobre questões de ordenamento do território ou de defesa do ambiente. -----

Os eleitos do PS na Assembleia Municipal de S. Maria da Feira propõem que seja tomada a iniciativa de eliminar do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, o ponto 5, do Quadro XIV- Taxas por pedido de serviços Administrativos que por cada pedido e apreciação de queixa, denúncia ou reclamação se cobre... 25,00, 15,00 euros, conforme a forma como apresenta a queixa, visto ser um entrave ao exercício dos direitos dos cidadãos. Indo mais longe, trata-se de uma medida que retira direitos de cidadania às pessoas e nenhum de nós pode permitir que isso aconteça.”-----

Recomendação apresentada pelo membro Nuno Serrano (BE):-----

“Hoje, quando estamos inseridos num mundo cada vez mais globalizado e numa vivência suburbana das populações que habitam nas zonas periféricas, em relação aos grandes centros urbanos, torna-se pertinente reforçar os referenciais das identidades locais, para que não se percam os valores culturais e as memórias colectivas, que nos tornam mais conscientes da terra onde vivemos, de valorizarmos a nossa História Local e de a transmitirmos às novas gerações como um testemunho a preservar.-----

Na freguesia de Mosteirô a defesa do Património Histórico, continua à deriva e sem rumo.-----

A Via Antiga de Mosteirô, constitui um desses exemplos. Foi durante séculos a via principal por onde passavam os carreteiros que abasteciam a cidade do Porto com a pedra das pedreiras da região, e se faziam os transportes necessários à importante actividade das fábricas de papel do Concelho de Santa Maria da Feira. -----

Os troços estão separados por toda a freguesia. Sendo compostos por blocos calcários, de dimensões variadas e configuração irregular, incluindo alguns metros alcatroados fruto de uma evolução assente no desconhecimento da importância deste património para a Freguesia



Handwritten signature and initials

e para o Concelho. -----

Da via também faz parte uma ponte no lugar das Carregueiras, estabelecendo ligação com a freguesia de Fornos e o Castelo da Feira.-----

Embora a sua cronologia não seja identificável com rigor, a maior parte do troço visível será obra lançada no século XVIII, sobre uma estrada antiga, possivelmente de origem romana. Por aqui terão passado, inclusivamente, as pedras que serviram para a construção de monumentos como a Sé do Porto, vindas das pedreiras de Mosteirô.-----

É urgente a preservação e conservação desta via antiga, que constitui uma referência cultural e um valor do nosso Património histórico. -----

Estes são apenas alguns exemplos, entre muitos outros, que ilustram bem, a forma pouco valorizada e de desleixo, como todo este património é tratado e divulgado. -----

É preciso pôr mãos à obra, para que este património não continue anónimo e clandestino até cair no esquecimento.-----

Considerando que: -----

- A colocação da rede de saneamento e água na freguesia, por parte das entidades responsáveis Câmara Municipal de Santa Maria da Feira e a empresa Indáqua. -----

Assim sendo, a Assembleia Municipal reunida em 30 de Junho recomenda à Câmara Municipal que na execução da obra na Via Antiga de Mosteirô respeite o património histórico existente, sem prejuízo de satisfazer as necessidades públicas dos residentes.”-----

Recomendação apresentada pelo membro Nuno Serrano (BE):-----

“Manter e preservar a operacionalidade dos edifícios escolares é garantir, a salvaguarda da saúde, o bem-estar e a segurança dos seus ocupantes e o eficaz funcionamento do sistema educativo.-----

A escola EB1 de Oleiros carece urgentemente de obras de requalificação: cabos eléctricos soltos nas paredes, tectos negros de humidade, iluminação sem protecção.-----

Relembra-se que tanto a Câmara Municipal como a Junta de Freguesia anunciaram de forma pomposa que iriam proceder a obras de beneficiação da escola.-----

O tempo passa e as obras não começam, deixando em desespero aquela comunidade escolar.--

Esta escola não cumpre minimamente com as regras exigidas pela legislação em vigor.-----

Assim sendo a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida hoje, dia 30 de Junho



de 2011 recomenda à Câmara Municipal: -----

1. Que com carácter de urgência proceda a obras na EB1 de Oleiros, para que se assegure a segurança dos seus ocupantes e o seu normal funcionamento.”-----

Interveio o membro *António Cardoso* (PS) que começou por dizer que a moção que apresentou vem no seguimento de uma posição defendida pelo grupo municipal do PS em sessões anteriores da Assembleia Municipal. Disse considerar irregular que, aos munícipes que queiram apresentar uma reclamação ou uma denúncia, sejam cobradas taxas de 15 euros, se for através do portal na internet, ou 25 euros, se for no balcão físico. -----

Referiu que o grupo municipal do PS considera que essa situação não ajuda à cidadania das pessoas e, portanto, novamente decidiu apresentar uma moção no sentido de recomendar à Câmara que tome a iniciativa de eliminar essas taxas, criando-se, assim, condições para que as pessoas possam exercer o direito de cidadania.-----

Relativamente às duas recomendações apresentadas pelo BE, deu nota que o grupo municipal do PS as iria votar favoravelmente. Referiu, no entanto, que em todas as freguesias se pede que o trabalho referente ao saneamento seja bem feito e, portanto, considera que se pedir que a rede de saneamento seja bem executada numa zona de património é, no seu entender, redundante, mas que, mesmo assim, iriam votar favoravelmente. -----

Concluiu dizendo, quanto à recomendação que aborda a necessidade da realização de obras na escola EB1 de Oleiros, que o grupo municipal do PS a votava favoravelmente na medida em que vota a favor tudo o que seja feito em defesa da qualidade das escolas. -----

Interveio o membro *Nuno Serrano* (BE) que iniciou por dizer que a questão da preservação do património, ainda mais numa altura em que se fazem obras públicas, é fundamental para preservar a memória histórica e também como forma estratégica para que, no futuro, o Concelho de Santa Maria da Feira seja mais visitado. Quanto à possível redundância da recomendação, referiu que “precaução e caldos de galinha nunca fizeram mal a ninguém”.-----
Em relação à recomendação da escola de S. Paio de Oleiros, disse ter a informação de que já estaria aberto o concurso para a execução dessas obras, mas que não tinha a certeza da veracidade dessa informação. A esse propósito, disse que a Câmara Municipal, como forma de manter os seus cidadãos informados, poderia perfeitamente, sem grandes esforços,



disponibilizar esse tipo de informação no seu portal na internet. Disse saber que decorreu uma vistoria a essa escola, feita pelo Delegado de Saúde, e que o mesmo recomendou que essas obras fossem feitas urgentemente. -----

O membro Nuno Serrano concluiu a sua intervenção dizendo que se deveria aproveitar o próximo interregno das aulas para executar as obras naquela escola. -----

Interveio o membro *Pedro Almeida* (CDU) que iniciou por, referindo-se às recomendações apresentadas pelo BE, informar que a CDU acompanha, no essencial, aquilo que as mesmas defendem. -----

Quanto à recomendação relativa à Via Antiga de Mosteirô, disse ter de registar que houve uma alteração significativa da primeira para a segunda redacção, ou seja, da redacção que chegou à reunião prévia realizada imediatamente antes ao início desta sessão, à redacção que foi apresentada e lida já na presente sessão. -----

Referiu haver, ao ler-se na redacção final, que se “respeite o património histórico existente”, em lugar de “elaboração de um estudo para implementar a conservação e valorização do património”, uma perda qualitativa daquilo que é a intenção da recomendação, considerando que essa perda prejudica a recomendação e, de algum modo, a esvazia. -----

Disse crer que, no momento actual, seria da maior pertinência manter o espírito inicial da recomendação como um alerta para, com a oportunidade que a abertura de estradas e a realização de obras infra-estruturais constitui, fazer a inventariação do património edificado, bem como uma oportunidade para a exposição, valorização e enquadramento desse património. Frisou que, no seu entendimento, o espírito inicial da recomendação do BE foi desvirtuado mediante as propostas feitas pelo PSD, nessa reunião prévia. Salientou que, não obstante, e porque a CDU acredita que o essencial da proposta é realmente positivo, a votava favoravelmente. -----

Relativamente à moção apresentada pelo PS, respeitante ao Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, disse que a CDU acompanha, também, essa moção, referindo que registava, todavia, que o PS votou a favor desse Regulamento, quando foi apresentado pela primeira vez. -----

O membro *António Cardoso*, a partir do seu lugar, manifestou que essa última afirmação do membro Pedro Almeida não correspondia à verdade, ao que o membro *Pedro Almeida*



[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

prossegiu a sua intervenção dizendo seria bom que essa questão ficasse esclarecida. -----
Ainda a respeito da moção, disse que gostaria de deixar três notas. Referiu que, em primeiro lugar, não se trata de taxas moderadoras, focando que pagar-se entre 15 a 25 euros é algo mais da natureza da coima ou multa, e não taxas moderadoras. Sublinhou que a taxa moderadora é outra coisa e com outra ordem de valores. -----

Ressaltou que, em segundo lugar, esse pagamento não é uma medida pedagógica, dizendo que, à CDU, parece uma medida desresponsabilizadora, ao contrário daquilo que possa parecer. Referiu entender que seria obrigação da Câmara Municipal fazer o devido enquadramento das queixas que tivessem cabimento daquelas que, porventura, não tivessem, salientando que isso daria mais trabalho mas que seria uma medida pedagógica, responsabilizadora e capaz de educar à cidadania, o que não acontece com a imposição do pagamento de coimas de 15 e 25 euros. -----

Em terceiro lugar, disse parecer à CDU um sinal claramente negativo, dado pela Câmara Municipal, relativamente à sua disponibilidade para ouvir os munícipes. Referiu parecer um mau sinal e um mau princípio impor taxas de 15 e 25 euros para ouvir os munícipes, mesmo que o objectivo fosse limitar a enchente ou a avalanche de reclamações feitas na Câmara. -----

Concluindo, deu nota que iria votar favoravelmente a moção, dizendo lamentar que a mesma não tenha carácter vinculativo, fazendo votos para que o assunto seja presente, assim que possível, à Assembleia Municipal, na Ordem do Dia e com carácter vinculativo. -----

Interveio o membro **Domingues Pereira** (PSD), que iniciou por dizer que o grupo municipal do PSD viabiliza a recomendação do BE, sobre a preservação do património histórico na Via Antiga de Mosteirô. -----

Disse que, pelo contrário, o grupo municipal do PSD inviabilizaria a moção apresentada pelo PS porque, tendo a experiência da gestão camarária, essa diz que o Concelho de Santa Maria da Feira é um Concelho com forte conflitualidade, em que as pessoas usam e abusam dos serviços da Câmara por serem, precisamente, gratuitos, sublinhando que a grande maioria das queixas apresentadas são infundadas. -----

Ressaltou que quem tem a responsabilidade da gestão sabe que uma queixa, fundada ou infundada, dá lugar a um procedimento de contra-ordenação, que isso ocupa os serviços da Câmara, como seja os serviços técnicos e os serviços de fiscalização, e que todos esses



factores têm de ser contabilizados. Frisou que muitas vezes as queixas são ocasionadas pelas más relações de vizinhança, e que essas pessoas não vão ao tribunal porque, aí, têm de pagar as custas, e então recorrem à Câmara por ser gratuito. -----

Nessa medida, disse que o grupo municipal do PSD propõe e sugere à Câmara que, no caso de ficar demonstrado, no procedimento, que a queixa é fundada e que há veracidade dos factos evocados na queixa, o dinheiro seja restituído ao munícipe e que, caso contrário, pela ocupação dos serviços camarários e pelos custos envolvidos, não seja restituído. -----

Salientou que, desse modo, estará acautelado o dever de cidadania e a vontade dos cidadãos que participam na queixa por violação de um direito. -----

Concluiu dizendo ser essa a posição defendida pelo grupo municipal do PSD, ressaltando que com o que se propõe consegue-se fazer como que uma triagem das queixas, uma vez que as pessoas pensarão duas vezes antes de fazerem queixas infundadas. -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* questionou à Câmara qual o ponto de situação relativamente à escola EB1 de S. Paio de Oleiros, ressaltando que essa explicação poderia, porventura, condicionar a manutenção da recomendação apresentada pelo Bloco de Esquerda, a esse respeito. -----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para, relativamente à escola EB1 de S. Paio de Oleiros, esclarecer que, segundo tinha sido informado pela Sr.^a vereadora Cristina Tenreiro, havia, efectivamente, um atraso na feitura da obra na referida escola porque foi aberto um concurso, que por determinadas razões foi anulado. Realçou, todavia, que foi já aberto um novo concurso e que o mesmo está a decorrer normalmente. -----

Disse que aproveitava o uso da palavra para abordar uma outra questão em discussão, nomeadamente a cobrança de uma taxa pela apresentação de queixas na Câmara. Sobre isso referiu que, naturalmente, toda a gente percebe que os 15 ou 25 euros que o queixoso paga à Câmara não é para resolver os problemas financeiros da Câmara, e que esse pagamento não tem o mínimo dessa intenção. -----

Sublinhou que quando a Câmara, e a Assembleia Municipal, aprovaram essa taxa, o fizeram no sentido de, efectivamente, tentar diminuir o serviço de queixas da Câmara Municipal. Ressaltou que o que foi dito pelo membro Domingues Pereira é uma realidade no Concelho de



Santa Maria da Feira, confirmando que uma grande quantidade de queixas são apresentadas por más relações com a vizinhança e que, portanto, apresentar uma queixa na Câmara é uma maneira de aborrecer o vizinho. Fez sobressair que tais queixas trazem muitos custos para a Câmara. Concluiu dizendo que, porque teve prévio conhecimento de que a moção em referência ia ser apresentada na presente sessão da Assembleia, trocou impressões na Câmara e que ficou entendido que era razoável que, nos casos em que seja dado provimento à queixa apresentada, o dinheiro cobrado pela apresentação da queixa seja devolvido ao cidadão. -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* questionou ao membro Nuno Serrano se pretendia manter a recomendação sobre a escola EB1 de Oleiros, tendo o membro *Nuno Serrano* respondido que pretendia manter a recomendação. -----

Em seguida, o *Sr. Presidente da Assembleia* passou a submeter a moção e as recomendações a votação, tendo-se verificado os seguintes resultados: -----

– A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 16 votos a favor da moção (PS:14, BE, CDU), 34 votos contra (PSD: 32, CDS-PP, Ind.), e 1 abstenção (PS), rejeitar a moção apresentada pelo membro António Cardoso (PS), cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta acta e que se dá aqui por transcrito. -----

– A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade – todos os grupos municipais e o membro independente – estando presentes 51 dos 64 membros que compõem este Órgão, aprovar a recomendação apresentada pelo membro Nuno Serrano (BE), sobre as obras na Via Antiga de Mosteirô – cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta acta e que se dá aqui por transcrito. -----

– A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 13 votos a favor da moção (PS:10, BE, CDS-PP, CDU), 36 votos contra (PSD: 32, PS: 3, Ind.), e 2 abstenções (PS), rejeitar a recomendação apresentada pelo membro Nuno Serrano (BE), sobre a necessidade de obras na EB1 de Oleiros – cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta acta e que se dá aqui por transcrito. -----

Ultrapassada a discussão e votação da moção e recomendações, o *Sr. Presidente da Assembleia* abriu as inscrições para intervenção neste Período de Antes da Ordem do Dia.



Feitas as inscrições, passou a palavra ao membro Nuno Serrano. -----

Entraram os membros Leandro Reis, Antero Barbosa, e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Sanfins – José Leite, Santa Maria de Lamas – Francisco Camilo Ferreira, Gião – Manuel Baptista Cardoso, e Travanca – António Sérgio Silva. Saiu o Presidente da Junta de Freguesia de Fornos – Luis André Santos. -----

Interveio o membro **Nuno Serrano** (BE), que iniciou a sua intervenção lembrando que o Sr. Presidente da Câmara, há meses atrás, por mais do que uma vez afirmou que a Câmara ia levar a cabo uma apresentação pública do projecto do Centro de Criação para o Teatro e Artes de Rua (CCTAR). Disse, sobre isso, que até ao momento ainda não tinha visto nada nesse sentido, questionando qual o ponto de situação relativamente a essa apresentação pública. ----- Em seguida referiu que, face ao memorando de entendimento assinado pelo Governo com o FMI, o Banco Central Europeu e a Comissão Europeia, a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, pela sua dimensão, terá de prestar contas mensais. Nesse âmbito, perguntou se a Câmara vai tornar públicos esses relatórios, quer no sítio da Câmara na Internet quer através dos órgãos de comunicação social local. -----

Questionou, ainda, ao Sr. Presidente da Câmara se, tendo em conta as restrições orçamentais decorrentes desse acordo feito com a troika que levarão a uma redução de funcionários públicos, estava em condições de garantir que a Câmara de Santa Maria da Feira não ia ter uma diminuição dos seus quadros. -----

Seguidamente, aludiu a uma entrevista dada pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria de Lamas a um jornal local, dizendo que o mesmo afirmou que o Parque Empresarial da Cortiça é um projecto que vem com muitos anos de atraso, que serviria para alavancar muitas das pequenas e médias empresas do Concelho que, face à conjuntura actual, atravessam muitas dificuldades, mas que é um projecto que não verá a luz do dia nos próximos anos. Sobre isso, questionou ao Sr. Presidente da Câmara qual vai ser o real destino dos terrenos reservados para aquele Parque, ressaltando que esses terrenos representam uma área significativa do Concelho, nomeadamente na freguesia de Santa Maria de Lamas. -----

Perguntou, em seguida, qual ponto da situação relativamente às actividades extra-curriculares, questionando se a Câmara vai, em pareceria com o Ministério da Educação, manter essas



actividades ou se, tendo em conta a conjectura económica, vai deixar de as suportar. Questionou o que será feito dos tempos livres dessas crianças e o que acontecerá com os respectivos professores que deixarão de ter vínculo laboral. -----

Referiu que em todas as sessões da Assembleia se fala da necessidade de poupar dinheiro, recordando, nessa medida, o programa “poupar 1 euro por dia” em que a Câmara desafiou os seus funcionários a fazerem essa poupança. Nesse âmbito disse, contudo, considerar curioso que, quando se trata de licenças de software, a Câmara não tente poupar um cêntimo sequer. Comentou que a Câmara celebrou, por ajuste directo, um contrato na ordem dos 187 mil euros relativo a aquisição de licenças da Microsoft, para três anos. A esse respeito, fez notar que o Sistema Operativo da Microsoft exige máquinas mais caras, ou seja, acarreta um maior investimento nas máquinas, frisando existir software livre que faz exactamente as mesmas funções. -----

Concluiu a sua intervenção dizendo que seria de elementar regra de boa gestão usar esse software livre, não fazer esse tipo de contratos lesivos para a autarquia, salientando que, pelo contrário, a Câmara continua a insistir em gastar 187 mil euros e, ainda por cima, por ajuste directo. -----

Interveio o membro *Arménio Magalhães* (PS) que leu documento escrito que deixou à Mesa cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“Sr. Presidente da Câmara Municipal, -----
As unidades móveis do rastreio do cancro da mama, que se deslocam às freguesias do concelho, ao encontro da população feminina, são sem dúvida, uma mais-valia para a prevenção e protecção da saúde dos cidadãos. -----

No entanto, verifica-se que os locais de estacionamento destas unidades móveis, em que a população vai ser atendida, as do meu conhecimento, são na via pública. Locais, em que as pessoas que aguardam a fim de serem examinadas, se encontram expostas, não só às condições climatéricas, que nem sempre são favoráveis, como dos olhares dos transeuntes que por ali passam. -----

Assim, queria solicitar ao Sr. Presidente da Câmara, que providenciasse, que quando se deslocarem estas unidades móveis, para estes ou outros com idênticos fins, se disponibilizassem instalações, ou locais mais apropriados, onde os utentes tenham um pouco



de privacidade, evitando-se a via pública.-----

Felizmente que no nosso concelho, existe na maior parte das freguesias, senão em todas, instalações condignas, para receber não só os serviços móveis, bem como os utentes, com a dignidade a que têm direito. -----

Sr. Presidente da Câmara Municipal, -----

O Plano Director Municipal é, tal como está descrito, o principal instrumento de ordenamento do concelho de Santa Maria da Feira. -----

O P.D.M. em vigor data de 1993, com durabilidade até 2003. -----

Para bem do ordenamento, antes do seu término, já deveriam ter sido avaliadas as alterações a ser introduzidas, aprovando assim um novo Plano Director Municipal mais de acordo com a realidade. -----

Acontece porém, que desde 2003, já lá vão oito anos, que o P.D.M. se encontra em revisão e muito sinceramente não se vê luz ao fundo do túnel. -----

Para quando a aprovação nesta Assembleia Municipal do novo Plano Director Municipal?"-----

Usou da palavra o membro *Victor Neves* (PS), para aludir à questão da requalificação das pedreiras de Lourosa. Disse que, em 24 de Setembro de 2010, a Assembleia Municipal aprovou uma proposta por si apresentada, aprovando, somente com uma abstenção, a criação de uma Comissão de Acompanhamento à Recuperação das Pedreiras de Lourosa. -----

Salientou que, posteriormente a isso, a referida Comissão teve a sua primeira reunião no dia 22 de Dezembro de 2010 e que, após essa reunião, os elementos da Comissão receberam um CD-ROM fornecido pela Câmara, contendo informação respeitante ao processo de requalificação das mencionadas pedreiras. Fez sobressair, contudo, que de 22 de Dezembro de 2010 até à presente data, nada mais aconteceu no âmbito da Comissão. -----

Disse estar preocupado com essa situação, questionando ao Sr. Presidente da Câmara qual o ponto da situação da requalificação das pedreiras de Lourosa.-----

Interveio o membro *Pedro Almeida* (CDU) que leu documento escrito que deixou à Mesa cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“No dia 26 do corrente mês veio a público, como é do conhecimento geral, a existência de um estudo realizado pelo anterior Governo e entretanto entregue à Troika, onde se propõe o fecho



de 800 km de linha férrea em todo o país, deixando a ferrovia nacional reduzida ao eixo Braga-Faro, Beira Alta e Beira Baixa. Neste mesmo estudo é defendido o encerramento da Linha do Vale do Vouga, com abrangência deste Concelho.-----

Paralelamente, veio também a público um estudo alternativo da autoria da Refer, onde a aposta é, também, destruir ferrovia, sendo que neste o desmantelamento da Linha do Vouga incide sobre o troço Albergaria-Águeda (14 km).-----

A concretizar-se, qualquer destes planos será uma razia sem precedentes das infra-estruturas de mobilidade de pessoas e mercadorias, capaz de nos fazer retroceder cerca de cem anos quanto à oferta de meios de circulação interna.-----

Algumas destas linhas foram objecto, nos últimos anos, de investimentos na ordem dos milhões de euros, e muitas delas registam um tráfego significativo de mercadorias, com forte impacto nas economias regionais.-----

Não queria, contudo, deixar de trazer aqui alguns dados. Enquanto que na maior parte dos países europeus o uso da ferrovia acusa um crescimento assinalável no decurso dos últimos anos, em Portugal, os comboios perderam 43% dos passageiros nos últimos 20 anos, o que corresponde a 99 milhões de passageiros a menos, em favor das auto-estradas entretanto construídas, e que andamos a pagar. Enquanto isso, a ferrovia ia encerrando aos pedaços, quando não apodrecia mesmo sobre os carris.-----

Este acto de gestão é defendido como uma forma de reduzir o défice da CP, permitindo à empresa melhor concentrar a sua oferta nos grandes eixos onde o caminho-de-ferro cumpre a sua função de transporte de grandes massas.-----

No entanto, o que as estatísticas dos últimos 20 anos provam é que sempre que se cortaram linhas férreas, o número de passageiros diminuiu. Em 1990, quando Cavaco Silva era Primeiro-Ministro, reduziram-se abruptamente 700 quilómetros de vias-férreas, sobretudo em Trás-os-Montes e no Alentejo. O resultado foi que as linhas principais, vendo-se amputadas dos ramais que as alimentavam, ficaram com menos gente.-----

Entre 1992 e 2008, por cada euro investido no caminho-de-ferro eram aplicados 3,3 euros na rodovia. Durante este período, a Refer investiu 5,9 mil milhões de euros e os contratos da Estradas de Portugal para construção de novas vias rodoviárias atingia 19,8 mil milhões de euros. Portugal tem agora 20 metros de auto-estrada por Km² (a média europeia é de 16 metros) e na rede ferroviária tem 31 metros por Km² (a média europeia é de 47 metros). As



contas externas e o ambiente agradecem.-----

Actualmente, o transporte ferroviário representa, nos Estados Unidos, 40% do transporte total de mercadorias, contra 8% na União Europeia. O exemplo americano demonstra que o declínio do caminho-de-ferro não é uma fatalidade.-----

Está na altura de deixar de fazer de conta que não vemos o papel criminoso de condução política no desmantelamento da rede ferroviária nacional. -----

Minhas Senhoras e Meus Senhores, a verdade é que parece que estamos a desaprender.-----

Tendo em conta a importância que desempenha na mobilidade interna e externa do Concelho a Linha do Vale do Vouga, servindo como veio distribuidor várias zonas industriais, escolares e urbanas, para as quais não existe qualquer alternativa ao nível da oferta colectiva rodoviária (porque uma rede integrada de transportes colectivos é coisa que ainda não existe neste Concelho), pergunto ao Executivo:-----

Tem conhecimento da existência de estudos que possam colocar em causa a continuidade do serviço da Linha do Vale do Vouga no Concelho? -----

Qual a posição deste Executivo quanto à defesa dos interesses dos munícipes relativamente à posição estratégica da Linha do Vale do Vouga? -----

Há encontros ou reuniões agendadas ou previstas com os responsáveis pelos municípios vizinhos afectados? -----

Que tipo de acção pretende a autarquia mobilizar, caso se venha a confirmar a intenção de desmantelamento da Linha do Vale do Vouga? -----

Por fim, gostaria ainda de solicitar do Executivo que clarificasse o que o Senhor Presidente queria dizer ao afirmar que podia seguir a decisão do Tribunal de Braga quanto à ilegalidade da cobrança dos ramais de água, mas depois disso iria traduzir-se na factura. -----

Esperamos haver aqui algum engano, já que, a confirmar-se o sentido aparente desta formulação de intenções, estaríamos, como é bom de ver, perante uma violação grosseira da lei, com a penalização de todos pela incompetência exclusiva da Indaqua e da Câmara da Feira. -----

A este propósito, e para terminar, gostaria de saber do Executivo qual entendem dever ser a atitude dos munícipes face à referida decisão do Tribunal de Braga: pagam, ou não pagam?" --

Interveio a deputada municipal *Alexandra Sousa* (PS) que leu documento escrito que deixou



Cif.

à Mesa cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“Como Membro da Assembleia Municipal e cidadã nomeada por este órgão a exercer funções na CPCJ, conhecedora da realidade da mesma, das suas necessidades, dos seus projectos e conhecedora dos pedidos que têm sido efectuados, desde há vários anos a este Executivo, venho mais uma vez reiterar esse pedido. -----

Venho assim, sensibilizar a Câmara Municipal para a necessidade premente de se efectuar esta mudança de instalações para que a total privacidade seja garantida, para que os Comissários que já são muitos e muito se dedicam à causa, bem como os projectos que se têm desenvolvido tenham condições mais adequadas ao desenvolvimento das suas funções.-----

Venho também indagar junto do Executivo, quais as diligências que já foram tomadas nesse sentido e aproveito para deixar a sugestão e perguntar, se as instalações do CAE foram já tidas em conta, pois é do nosso conhecimento que estas instalações estão livres e pela sua centralidade e instalações seriam uma boa solução para um problema que há muito se arrasta. - Tal como referi na Assembleia anterior, peço que os assuntos em matéria de infância e juventude sejam tratados com mais cuidado e com maior celeridade.” -----

Interveio o membro *António Cardoso* (PS), que começou por dizer que, na última sessão da Assembleia, foi rejeitada uma moção apresentada pelo PS que pedia a suspensão da cobrança dos encargos com a ligação de ramais das redes de água e saneamento. Referiu que o PS havia apresentado essa moção porque considera essa cobrança ser uma medida ilegal, justificando tratar-se de uma cobrança dupla de encargos para a execução das ditas infra-estruturas.-----

Recordou que essa rejeição foi determinada pela força da maioria PSD e do BE, que teve a abstenção da CDU, fazendo sobressair que essa rejeição impediu que fosse reposta justiça e eliminada uma cobrança que o PS entende indevida. Referiu, ainda, ter registado com agrado o sentido de responsabilidade do CDS-PP que, tendo ficado esclarecido pela forma indevida da cobrança dos custos das infra-estruturas, votou favoravelmente a moção do PS.-----

Disse ter feito tal introdução porque o Sr. Presidente da Câmara não esteve presente na última sessão da Assembleia e, assim sendo, lhe pareceu oportuno fazer essa introdução. -----

Salientou que, em nome da transparência, era bom recordar que o montante envolvido nas infra-estruturas referentes aos ramais da água e saneamento ronda os 1.000 euros e que, tendo sido dito na última sessão que haverá cerca de 60.000 ligações no Concelho, se metade dessas



já tiver pago os tais 1.000 euros isso significa um encaixe na ordem dos 30 milhões de euros para a empresa concessionária. Frisou serem números que deixa para as pessoas meditarem, lembrando que tal cobrança pode estar envolvida de alguma ilegalidade.-----

Proseguiu a sua intervenção dizendo que, para além disso, os feirenses vão recebendo facturas para pagarem coisas que não pediram. -----

Salientou que todas essas situações não causam estranheza ao PS, recordando que em 1997 o PS fez distribuir aos feirenses um manifesto que dizia que um dia as pessoas iam ter à porta um fiscal para as multar porque não tinham pago, ressaltando que é isso que está a acontecer. - Destacou que nesse manifesto também se dizia que os feirenses iam estranhar por estarem a pagar uma coisa que nas terras vizinhas não se paga, e, mais adiante ainda, dizia ser inaceitável que freguesias como Arrifana, Mozelos, S. Paio de Oleiros, Argoncilhe, Paços de Brandão, Canedo, Lobão, Milheirós de Poiares, entre outras, só viesse a ter rede de saneamento básico no ano de 2007. Sobre isso, disse já se estar no ano de 2011 e que, em algumas dessas freguesias, essa promessa ainda está por se cumprir.-----

Disse ser bom estar a fazer tal histórico porque na altura o PS foi apelidado de “profetas da desgraça” mas que, infelizmente, aquilo que disseram veio a acontecer, para mal dos feirenses.-----

Ainda a propósito da discussão da moção apresentada pelo PS na anterior sessão da Assembleia, em que se pedia a suspensão do pagamento dos ramais, recordou que foi dito pela bancada do PSD que essa suspensão iria acabar por acontecer mais tarde mas que isso iria causar injustiça relativamente aos feirenses que já pagaram os ramais. Disse que esperava um comentário, relativamente a essa questão, do Presidente da Câmara em exercício nessa sessão, mas que isso acabou por não acontecer, conforme se pode constatar na respectiva acta.

O membro António Cardoso prosseguiu dizendo que, a determinada altura do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, concretamente no preâmbulo que justifica a razão da cobrança de taxas no licenciamento, se lê que mais do que uma obrigação legal, a cobrança de taxas surge como uma necessidade tendo em vista uma melhoria na prestação de serviços às populações de forma a garantir uma cada vez melhor qualidade de vida dos munícipes, nomeadamente ao nível de investimentos em infra-estruturas básicas, investimentos esses que implicam um esforço financeiro contínuo por parte da autarquia.-----

Referiu que, nesse mesmo Regulamento, a partir do artigo 87.º, sob o capítulo “Taxas pela



C. 9.

realização, reforço e manutenção de infra-estruturas urbanísticas”, aparece a fórmula para a determinação do valor da taxa, explicando quais os parâmetros que entram nesse cálculo, como a superfície total dos pavimentos, a taxa de incidência variável entre 1 e 1,2 a definir pela Câmara, bem como a variável relacionada com a existência, ou não, de cinco infra-estruturas públicas, nomeadamente, arruamentos pavimentados, rede de abastecimento de água, rede de águas pluviais, rede de saneamento, e rede de energia eléctrica e de iluminação pública. -----

Salientou que, ao longo dos anos, foram cobrados milhões de euros em taxas municipais de urbanização que podiam ter sido aplicados, objectivamente, em obras de saneamento e abastecimento de água, mas que isso não aconteceu. Frisou que o próprio PS, a determinada altura, pediu que essas verbas fossem consignadas, especificamente, para obras de saneamento, mas que durante os últimos 20 anos nada disso se verificou, ressaltando que o dinheiro foi sendo gasto noutras coisas e que, agora, está-se a cobrar aos feirenses um valor para o custo dos ramais. -----

Focou que as pessoas querem aderir à rede pública de abastecimento de água e de saneamento mas não querem ser castigadas com encargos que, judicialmente, têm sido considerados ilegais. Disse esperar que esse problema seja resolvido rapidamente sob pena de o PS apelar à indignação das populações, ainda mais sabendo que os tribunais lhes estão a dar razão. -----

Ainda a propósito das obras da rede de saneamento, disse que, até por ser Presidente da Assembleia de Freguesia de Pigeiros, acompanha mais de perto a execução das obras naquela zona e, como tal, tem assistido a um autêntico “faroeste” no que se refere à poeira, à lama, à incompetência, à falta de limpeza, à falta de oposição e ao desrespeito pelos cursos de água, salientando que tem igualmente assistido à negligência da empresa que compete fiscalizar as obras que os empreiteiros contratados pela Indaqua fazem. Referiu que se chegou ao ponto de os funcionários da Câmara que acompanham as obras serem desrespeitados e considerados “personas non gratas”. -----

Realçou que se atingiu o limite de o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Pigeiros, depois de vários contactos, depois do autismo que a Câmara Municipal, do autismo da Indaqua, do autismo do empreiteiro para com ele, ter tomado a decisão de se impor, colocando a sua viatura à frente das máquinas. Salientou que o Sr. Presidente de Junta merecia mais respeito por parte da Câmara Municipal, destacando que a Câmara deveria estar solidária para com ele



mas que, até ao momento, não houve tomada de posição nesse sentido. -----
Frisou que a Assembleia de Freguesia de Pigeiros, na sua humildade, está solidária com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Pigeiros e que está ao lado dele, para o que der e vier. ----
Lamentou algumas situações ocorridas em Pigeiros, dizendo que a Junta de Freguesia está a 20 metros do colector e não se procede à ligação à rede, que o campo de jogos está a 30 metros do colector e também não é efectuada essa ligação, e que o mesmo acontece com uma urbanização com cerca de 20 lotes. Referiu que tais ligações não ocorrem com o argumento de que não estão contempladas no projecto inicial e porque, economicamente, não compensa. -
Referiu que, também, nada se sabe relativamente à forma como as reposições são feitas e quando são feitas, dizendo que deveria haver mais respeito pelas pessoas e que gostava que a Câmara tomasse uma posição relativamente a essas situações. -----
Concluindo a sua intervenção, aludiu ao Caminho de Santiago de Compostela, realçando que quando os caminhantes se deslocam de S. João da Madeira e pretendem atravessar o Concelho de Santa Maria da Feira, na zona de Arrifana até aos Dezassete, enfrentam muitos problemas com a sinalização. Pediu que fosse colocada a devida sinalização nesse Caminho, dizendo tratar-se de uma questão simples mas importante para quem o percorre.-----

Interveio o membro **António Topa** (PSD), que começou por dar os parabéns e desejar as maiores felicidades ao Dr. Vítor Marques, recentemente eleito, com maioria absoluta, Presidente da Junta de Freguesia de Canedo. -----

Em seguida, disse que queria dar um esclarecimento relativamente à questão falada pelo membro António Cardoso, a respeito da aplicabilidade das taxas de urbanização. Informou que essas, como se pode constatar ao ler o preâmbulo introdutório, não são destinadas à execução das redes de distribuição, ou seja, para a execução da rede “em baixa”. Referiu que se a aplicabilidade das taxas destinasse as respectivas verbas para a execução das redes “em baixa”, teria de dizer que o Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação era ilegal. ---
Esclareceu que o destino dessas taxas é para criar uma espécie de uma bolsa para a execução de redes “em alta”, ou seja, depósitos, emissários, centrais de bombagem, e não para as redes de distribuição. -----

Recordou que, na altura, houve muita gente, nomeadamente loteadores com loteamentos de alguma dimensão, que contestaram a aplicabilidade das taxas de urbanização, ressaltando,



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

contudo, que a lei que permite regulamentar tais situações é uma lei que diz claramente que só se pode fazer isso para as infra-estruturas “em alta”, não para infra-estruturas “em baixa”. ---- Disse, portanto, considerar que o pagamento do ramal e das taxas derivadas do ramal não são ilegais. -----

Concluindo, disse que gostava de referir que é da opinião que, junto da Indaqua, se providenciasse no sentido de que o pagamento dos ramais, que ronda os 1.000 euros, pudesse ser feito de uma forma mais faseada, num maior número de prestações, permitindo às pessoas pagarem essas verbas mais facilmente. -----

Usou novamente da palavra o membro *António Cardoso* (PS), dizendo saber que o membro António Topa esteve na génese do Regulamento, mas que o que é nele dito é muito claro, quando diz que o nível de infra-estruturação do local é variável em função da necessidade de execução das cinco infra-estruturas públicas, ou seja, arruamentos pavimentados, rede de abastecimento de água, rede de águas pluviais, rede de saneamento, e rede de energia eléctrica e de iluminação pública. Disse que cobrar duplamente, é que não.-----

O membro *António Topa* (PSD) retorquiu frisando que o membro António Cardoso estava a fazer uma confusão total relativamente ao aspecto da regulamentação. -----

Salientou que a taxa à qual o membro António Cardoso se estava a referir é para cobrar pela existência ou não existência de arruamentos, de infra-estruturas, da mesma forma como em Vila Maior a taxa é menor do que em Santa Maria da Feira, porque a taxa é mais agravada na zona A do que na zona C.-----

Referiu que essa situação é em função da urbanidade do local, salientando que quando há mais infra-estruturas há um coeficiente que diz que a taxa é de valor mais elevado. -----

Frisou, uma vez mais, que ao ler-se atentamente o preâmbulo introdutório do Regulamento, diz claramente que essa situação tem a ver com as redes “em alta”. -----

Seguidamente, o Sr. Presidente da Assembleia passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para prestar os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por dizer, relativamente à questão



sobre o ponto da situação do processo da revisão do PDM, que pediria, no final da sua intervenção, ao vereador José Manuel Oliveira para responder a essa questão. -----

Sobre a apresentação do projecto do Centro de Criação para o Teatro e Artes de Rua, referiu que essa apresentação far-se-á brevemente. Disse existirem condições para pôr a obra a concurso, e que é do entendimento que é preferível fazer a apresentação do projecto na sua versão definitiva, uma vez que a complexidade do projecto levou a que houvesse várias alterações. Informou que, a dado momento, a Câmara mandou rever o projecto, dizendo haver uma candidatura na ordem dos 8 milhões de euros, mas que a primeira versão custava 12 milhões. Salientou que, como a Câmara não tinha a capacidade para fazer uma obra nessa ordem de montante, deu instruções no sentido de que o projecto fosse revisto, para descer para valores que estejam dentro dos valores da candidatura. Disse ser por essa razão que ainda não foi feita a apresentação pública do projecto. -----

Aludiu, em seguida, às questões colocadas pelo membro Nuno Serrano, começando pela questão a propósito da diminuição de funcionários, face aos acordos feitos com as entidades estrangeiras. Sobre isso, disse entender que ninguém pensará que a Câmara vai despedir funcionários, ressaltando que a Câmara tem os funcionários que precisa, frisando que se a Câmara os admitiu é porque precisa deles para prestar um bom serviço à população. Referiu, contudo, ser também verdade que, nos últimos anos, e face aos problemas financeiros que atinge não só a Câmara de Santa Maria da Feira, como as diversas Câmaras do País, a Câmara de Santa Maria da Feira está a fazer um esforço e vai continuar a fazer, no sentido de que sempre que algum dos funcionários vá para a aposentação, só em última análise irá proceder à sua substituição, procurando que essa falta seja colmatada por funcionários que já estejam na Câmara, através da reorganização de serviços e com um esforço acrescido dos funcionários. Frisou que os funcionários da Câmara têm, felizmente, dado resposta nessas situações. -----

Relativamente ao Parque Empresarial da Cortiça (PEC), disse que a Câmara só tem possibilidades financeiras de avançar com o PEC se conseguir aquilo que foi conseguido relativamente ao Parque Empresarial de Reciclagem de Materiais (PERM), ou seja, um parceiro privado que assuma a responsabilidade da compra dos terrenos bem como a responsabilidade pelo pagamento da parte não comparticipada pelos fundos comunitários. Realçou que será com a venda dos terrenos que esse parceiro privado se vai ressarcir do investimento, salientando que o risco derivado da demora da venda dos terrenos é,



[Handwritten signature and initials]

naturalmente, desse parceiro privado.-----

Frisou que se essas mesmas condições não forem conseguidas relativamente ao PEC, então que esse projecto terá que esperar porque, no momento, a Câmara não está em condições financeiras para avançar com esse projecto. -----

Quanto à questão sobre o que será feito dos terrenos caso o PEC não seja, desde já, para levar a cabo, referiu que os terrenos estão no Plano Director Municipal para zona industrial, como estão outros no Concelho, e que continuarão com essa finalidade para quando houver possibilidades de concretizar o PEC.-----

Relativamente às Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC), disse que a Câmara chegou à conclusão de que o protocolo que foi e tem sido feito com outras Câmaras é um protocolo que obriga a um investimento muito forte da Câmara porque as verbas que são transferidas não chegam para os encargos.-----

Informou ter estado numa reunião com os Srs. Presidentes de Câmara do Distrito de Aveiro e com o anterior Secretário de Estado da Educação, em que se levantou essa questão e em que a maior parte das Câmaras disseram que, a continuar do mesmo modo, não assinariam os protocolos. Referiu que a Câmara de Santa Maria da Feira está a analisar essa situação porque tem de tomar uma decisão, ressaltando que se a Câmara não fizer o protocolo, a DREN, conforme está na lei, terá de fazer outros protocolos com os agrupamentos, que terão que se responsabilizar por pôr as AEC a funcionar.-----

Sobre a crítica feita pelo membro Nuno Serrano a propósito do ajuste directo dos 187 mil euros para os licenciamentos de software, disse considerar haver uma má interpretação da questão por parte daquele membro. Disse ser necessário perceber o que é o ajuste directo, fazendo sobressair que, quer nos serviços quer nas empreitadas, não se resume a ir ter com uma firma e contratá-la. Esclareceu que, apesar do nome ajuste directo, existe uma consulta ao mercado e, naturalmente, quem oferecer melhores condições será aquele com quem a Câmara ajustará. Frisou que, no caso concreto mencionado pelo membro Nuno Serrano, a Câmara está condicionada porque os licenciamentos em causa são da Microsoft, tendo a Câmara de, ao consultar o mercado, consultar os agentes da Microsoft. -----

A respeito da questão dos locais de estacionamento das unidades móveis, colocada pelo membro Arménio Magalhães, disse não estar a ver como é que uma unidade móvel do género possa estar num edifício, realçando que os equipamentos estão dentro dum carro e que esse



[Handwritten signature]
[Handwritten mark]

carro tem que estacionar na via pública, e que não estava a ver outra situação. -----

Quanto à questão do ponto da situação da requalificação das pedreiras de Lourosa, colocada pelo membro Victor Neves, informou que foi aberto o concurso, foram abertas as propostas, que as mesmas estão a ser analisadas para, naturalmente, dentro dos critérios da adjudicação, decidir a quem fazer a adjudicação. -----

Sobre a questão levantada pelo membro Pedro Almeida, sobre a linha férrea do Vale do Vouga, disse não saber, exactamente, se está alguma coisa prevista para a Linha do Vale do Vouga, no troço que interessa aos feirenses, que é a ligação de Espinho à Sernada. Salientou que aquilo que sabe é que a Câmara fez um protocolo com a REFER há cerca de dois anos, que nos últimos dois anos foi feito um grande investimento na segurança dessa linha, que a Câmara tem ainda algumas responsabilidades de investimento na linha e que, portanto, espera que seja aproveitado esse investimento que está a ser feito na segurança dessa linha férrea. ----

A propósito, deu nota que há uns anos foi feito, por uma empresa, um estudo económico da viabilidade da Linha do Vale do Vouga em que se concluiu que, com um investimento não muito grande, a mesma se tornaria rentável. Referiu que, naturalmente, teria de ser a REFER ou a CP a entrar com a grande parte do investimento mas que, até ao momento, nada foi feito.

O Sr. Presidente da Câmara prosseguiu por aludir à celeuma em volta da questão do pagamento dos ramais das redes de abastecimento de água e do saneamento. -----

Referiu que, efectivamente, há uma sentença do tribunal de Braga que considera ilegal a cobrança dos ramais, que isso foi noticiado, mas que não se sabe qual o fundamento dessa sentença, lembrando que a cobrança dos ramais é uma situação generalizada, que se dá por todo o País. -----

Salientou, contudo, que os termos da ERSAR dizem que, tendencialmente, deve-se acabar com a cobrança dos ramais. -----

Recordou que, em 2012, vai haver, conforme o contrato com a Indagua, o estudo do reequilíbrio financeiro da concessão, que já está a haver alguma negociação nesse sentido e que se está a pensar em deixar de se cobrar os ramais até porque isso poderá ter, por outra razão, interesse para o Município. Disse, contudo, para que não restem dúvidas, que mesmo que não se venha a cobrar os ramais tem de se cumprir a lei, frisando que a lei diz que o serviço de água e saneamento tem de ser auto-sustentado. -----

Referiu que se a Câmara, no Lage e Cáster, ou a Indagua, na zona do Douro, já investiram nos



ramais, esses ramais serão pagos nas tarifas, na parte da amortização, frisando que, como é costume dizer-se, não há almoços grátis para ninguém.-----

Disse que, perante esse cenário, a questão que se coloca e que já tivera a oportunidade de levantar na Câmara, é que, efectivamente, haverá uma injustiça relativamente àquelas pessoas que já pagaram o ramal. Informou que, para essas pessoas, e porque pela lei não pode haver duas tarifas diferenciadas no Concelho, será concedido um crédito, por compensação, pelo facto de já terem pago. Frisou que essa situação é clara, sublinhando que, de uma maneira ou de outra, o investimento vai ser pago.-----

Prosseguiu dizendo que o membro António Cardoso, ao falar no manifesto que o PS distribuiu aos feirenses em 1997, lembrou pecados velhos e, sobre isso, disse que o povo não se deixou enganar, nem nessa nem em muitas outras vezes. -----

Referiu que queria deixar um conselho ao membro António Cardoso, dizendo ao mesmo que, caso pretendesse ganhar eleições, nunca considerasse o povo do Concelho de Santa Maria da Feira como sendo estúpido e que nunca considerasse que o povo se deixa enganar. -----

Quanto ao episódio verificado com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Pigeiros, disse que estava de férias quando o Sr. Presidente da Junta lhe ligou, e que a situação acabou por ser resolvida também com uma interferência da Câmara.-----

Disse que a Câmara tem consciência de que existem alguns problemas ao nível das obras de saneamento, ressaltando que a Câmara está atenta e que isso foi reconhecido pelo membro António Cardoso quando o mesmo disse que os próprios fiscais da Câmara muitas vezes têm tido embates com os empreiteiros, exactamente na exigência de que as obras se façam convenientemente. -----

Quanto à sugestão relacionada com o Caminho de Santiago de Compostela, disse que lhe foi dado nota de que essa situação está a ser estudada ao nível da Área Metropolitana do Porto, essencialmente dos municípios que são atravessados por esse caminho para Santiago de Compostela, para se proceder à devida sinalização. -----

Sobre a questão da falta de condições das instalações da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira (CPCJ), colocada pela deputada municipal Alexandra Sousa, disse que, no seu entender, mais importante do que aquilo que foi dito é deixar uma palavra de apreço pelo bom trabalho que a Comissão está a fazer. Deu nota que o Dr. Edmundo Martinho (Presidente do Instituto da Segurança Social) esteve recentemente neste auditório e na



intervenção apresentou o trabalho da Comissão de Santa Maria da Feira como exemplo a nível nacional. Informou também que o Presidente da CPCJ, nomeado pela Câmara, tem sido convidado para ir a muitos locais do País apresentar o exemplo da CPCJ em Santa Maria da Feira, e que entende ser de maior importância relevar o esforço e o trabalho que as pessoas estão a fazer, mesmo com condições que não são as óptimas, nem são as melhores.-----
Referiu que a Câmara tem consciência de que há dificuldades na CPCJ, ressaltando, contudo, que existem outros serviços públicos e outros serviços da Câmara que, também, não estão instalados nas melhores condições, fazendo sobressair que a situação não aconselha que a Câmara alugue mais espaços e que, nessa medida, é pedido um esforço a toda a gente para, dentro das condições que têm, continuarem a prestar o bom serviço que têm prestado. -----
Concluindo, pediu ao Sr. vereador José Manuel Oliveira para esclarecer a questão relacionada com o ponto da situação do processo de revisão do Plano Director Municipal. -----

A solicitação do Sr. Presidente da Câmara, usou da palavra o Sr. vereador do Pelouro do Planeamento e Urbanismo, *José Manuel Oliveira*, para, relativamente ao ponto de situação sobre o PDM, dizer que esse processo já tem muitos trabalhos desenvolvidos, tal como se pôde verificar aquando da apresentação do último Relatório de Actividades da Câmara, onde estão elencados todos os trabalhos desenvolvidos e que estão em fase de conclusão, referentes ao processo do PDM.-----

Ressaltou que uma questão pendente, que não permite fechar o processo de revisão do PDM, é exactamente a condicionante da Reserva Ecológica Nacional. -----

Nesse âmbito, ressaltou que a Câmara andou muitos meses a trabalhar em colaboração com a CCDR-N para elaborar esse dossier, que foi feito um trabalho exaustivo, que esse trabalho foi aprovado pela ARH do Norte e que, inclusivamente, tem servido de exemplo à própria ARH, para outros municípios. Deu nota de que esse trabalho foi, também, vertido na carta da REN.--
Disse que a última versão foi discutida por ele próprio, pelos técnicos da Câmara, pelos técnicos da CCDR-R e pela Sr.^a Directora Regional do Ambiente e Ordenamento do Território, Dr.^a Célia Ramos e que, acertados todos os pormenores, a Câmara enviou esse dossier para a CCDR-N, que emitiu um parecer final favorável a esse trabalho e, como tal, remeteu-o para a Comissão Nacional da Reserva Ecológica.-----

Informou que na Comissão Nacional da Reserva Ecológica é a CCDR-R quem apresenta o



trabalho, dando nota que esteve presente nessa reunião, perante uma comissão constituída, talvez, por 18 pessoas. Disse que algumas dessas pessoas mostraram estar pouco interessadas no trabalho, que apenas foram feitas três ou quatro perguntas sobre alguns pormenores, e que acabada essa reunião disseram que se pronunciariam em breve. Referiu que, anteriormente, tinham dito que, eventualmente, não se pronunciariam sem que o novo Ministro e o novo Secretário de Estado tomassem posse. -----

Disse, por isso, ter sido surpreendido com um telefonema da Sr.^a Directora Regional, informando que a Comissão Nacional de Reserva Ecológica emitiu um parecer desfavorável ao trabalho apresentado, realçando que, segundo a Sr.^a Directora, o parecer desfavorável é muito genérico e que tem a ver com algumas das metodologias aplicadas. Referiu estranhar esse argumento porque a Câmara seguiu o caderno de encargos e as metodologias publicadas pela Comissão Nacional de Reserva Ecológica, e que a própria Sr.^a Directora estava indignada com o parecer desfavorável por o mesmo traduzir, também, um desrespeito para com a CCDR-N, que colaborou no trabalho.-----

Perante o ocorrido, disse ter solicitado, desde logo, o agendamento de uma reunião com o Sr. Presidente da Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU) que é também o Sr. Presidente da Comissão Nacional da Reserva Ecológica, conjuntamente com a Sr.^a Directora da CCDR-N, em que pretende ver esclarecido, de uma vez por todas, qual é o problema, para o poder corrigir. Deu nota que essa reunião está agendada para o dia 14 do próximo mês de Julho. -----

Concluiu dizendo que, pelo que explicou, não sabe precisar um prazo para que o processo de revisão do PDM esteja concluído, frisando que isso só acontecerá quando for dado o parecer favorável pela Comissão Nacional da Reserva Ecológica, informando ser a única coisa que falta para poder fechar a carta do ordenamento e submetê-la à discussão pública e à aprovação da Assembleia Municipal. -----

O membro *Nuno Serrano* (BE) pediu o uso da palavra, o que lhe foi concedido. -----

Sobre a questão do PEC disse que, infelizmente, estamos num país em que se avançam com ideias de projectos, gasta-se dinheiro, e depois esses projectos acabam por não se concretizar. Referiu que, no caso do PEC, foi construído um viaduto gigantesco para servir o PEC, ressaltando que muito pouco tráfego ali existe, que o mesmo se encontra completamente às



escuras, mas que lá se gastou todo esse dinheiro sem sequer se garantir que o projecto do PEC ia para a frente. Frisou que essa situação demonstra, de forma clara, uma má gestão por parte da Câmara Municipal. -----

Em relação à questão do ajuste directo, disse que o Sr. Presidente da Câmara fugiu à questão que estava subjacente, dizendo que todos já sabem que a Câmara Municipal é uma fã incondicional dos ajustes directos. Disse saber muito bem como funcionam as consultas ao mercado, nomeadamente na área das tecnologias da informação, e como se respondem aos cadernos de encargos, dizendo ser essa a sua área de trabalho. -----

Sublinhou, contudo, que o foco da questão que colocou tem a ver com as licenças do software usado pela Câmara. Fez sobressair que a questão principal tem a ver com a licença de produtos da Microsoft, como o Office, Windows 7 e o Microsoft Exchange Server, quando existem opções grátis, com as mesmas soluções, que são usadas nas melhores corporações a nível mundial, dando como exemplo o Open Office, o sistema operativo Linux, ou o Apache Server, que, para além de serem produtos grátis, exigem máquinas com um terço da potência. Concluiu dizendo que usar esse software livre seria uma regra de boa gestão por parte da Câmara Municipal, e que esse proceder ia ao encontro de votações que o próprio PSD fez na Assembleia da República. -----

Interveio o membro *António Cardoso* (PS) dizendo que queria responder à explicação dada pelo membro António Topa, através de um exemplo prático. -----

Disse que se hoje pedir o licenciamento de uma habitação, paga uma determinada verba de taxas de urbanização, por não ter rede de saneamento nem de abastecimento de água. Referiu, contudo, que se amanhã se proceder à instalação dessas redes, vai ter de pagar mais cerca de 1.000 euros pelos ramais. Disse que se tirasse a licença amanhã, depois de instaladas as redes, não teria de pagar essas taxas de urbanização. -----

Aludiu, em seguida, à questão que foi colocada pelo seu colega de bancada, Sr. Arménio Magalhães, relativamente às viaturas itinerantes que fazem os rastreios na área da saúde, para clarificar que o que se pede é que, por exemplo, se usem as instalações dos Bombeiros, ou outras similares espalhadas pelo Concelho, que dão a possibilidade de estacionar a viatura dentro da cobertura, de modo a que as pessoas não fiquem expostas às condições climatéricas. Concluindo, disse ao Sr. Presidente da Câmara que nunca pensou mal dos feirenses, antes



pelo contrário, que sempre teve e continua a ter muito respeito pelos feirenses. -----

O membro *António Topa* (PSD) disse que o membro António Cardoso não percebeu o que explicou na sua anterior intervenção, que não valeria a pena continuar o diálogo a esse respeito, e que estava disposto a explicar ao membro António Cardoso, numa outra altura, enquanto tomam um café, essa questão. -----

Usou da palavra a deputada municipal *Alexandra Sousa* (PS), iniciando por, no que concerne à Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira, referir que aquilo que o Sr. Presidente da Câmara pediu tem sido feito, e prova disso é que o trabalho desempenhado pela Comissão tem sido reconhecido a nível nacional, como foi dito pelo Sr. Horácio Sá, Presidente da CPCJ, na anterior sessão da Assembleia Municipal. -----

Disse que, felizmente, a CPCJ tem bons comissários, bons técnicos a trabalhar e a fazer bons projectos, mas que isso não quer dizer que se vão acomodar à situação e não invalida que peçam melhores condições de trabalho. -----

Nessa medida, concluiu reiterando o pedido feito há vários anos, no sentido de que a CPCJ veja o mais rapidamente possível solucionada essa questão, para que os projectos e o trabalho seja ainda de maior qualidade e o Município fique ainda mais bem visto a nível nacional. Salientou que, efectivamente, o trabalho é de valorizar, mas que isso acontece à custa do “sacrifício” dos técnicos, ao trabalharem nas condições que lhes são oferecidas. -----

Seguidamente, o Sr. Presidente da Assembleia, verificando que o Sr. Presidente da Câmara não pretendeu usar novamente da palavra, passou a introduzir o Período da Ordem do Dia. ----

Entretanto, tinha entrado o membro Manuel Fernandes Pinheiro, bem como o Tesoureiro da Junta de Freguesia de S. João de Ver – Sr. Sebastião Ferreira de Castro – em representação do Sr. Presidente daquela Junta, tendo entregue à Mesa o respectivo pedido de substituição, devidamente assinado. -----

Saíram os membros António Vilar de Oliveira, António Domingues Pereira, António Topa, Samuel Almeida Reis, e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Caldas de São Jorge – José Carlos Martins, Escapães – Gastão Valente Silva, bem como o Sr. David Ferreira –



representante, nesta sessão, do Presidente da Junta de Freguesia de Arrifana, e o Sr. Alberto Tavares – representante, nesta sessão, do Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria da Feira.-----

PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”-----

1 – Acta N.º 11 – Sessão Ordinária de 29 de Abril de 2011-----

O Sr. *Presidente da Assembleia* submeteu a apreciação dos senhores membros a acta supra-identificada que lhes fora previamente enviada, dando nota que não era necessário, na votação da acta, fazer o apuramento dos sentidos de voto, tal como estipula o Regimento após as últimas alterações introduzidas, dizendo que os membros que se iriam abster o fariam, certamente, pelo facto de não terem estado presentes na sessão a que a acta se refere. -----
Verificando que nenhum membro pretendeu fazer qualquer reparo ao teor da mesma, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu-a, em seguida, a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 45 votos a favor, 0 votos contra e 5 abstenções, aprovar a Acta n.º 11 – referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 29 de Abril de 2011. -----

2 – Informação sobre a Actividade e Situação Financeira do Município-----

O Sr. *Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em referência, constante do III Relatório de 2011, informação escrita dada pelo Sr. Presidente da Câmara onde se sintetiza a actividade financeira do Município, a sua capacidade de endividamento, bem como a listagem das obras e fornecimentos adjudicados pelo mesmo até ao dia 15 de Junho de 2011, documento oportunamente distribuído, por fotocópia, aos membros da Assembleia Municipal – cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respectivo livro de actas – submetendo-o, em seguida, a apreciação. -----
Visto que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia, dado que sobre a mesma não é exigida qualquer votação, tendo a Assembleia tomado conhecimento do assunto.-----



3 – Proposta de alteração ao Mapa de Pessoal (previsional) 2011 -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 13 de Junho de 2011 entretanto enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Interveio a deputada municipal *Alexandra Sousa* (PS), que leu documento escrito cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“Este assunto mostra mais uma vez a falta de planeamento e organização da Câmara Feirense que também se revê na necessidade ou não de pessoal, que me parece oscilar mediante o tempo. -----

Em determinada altura são necessários funcionários, em outros momentos já não são; uns vêm o seu trabalho reconhecido com a passagem para os quadros e outros ficam sujeitos ao trabalho precário e a sua dedicação premiada com o desemprego. -----

Quero com isto, com apenas um exemplo, alertar para o facto de que temos conhecimento de que há equipamentos que funcionaram, até agora, com determinado número de funcionários e agora, por caducidade do 3º contrato permitido por lei, funciona apenas com um. Que acontecerá ao equipamento? Fechará? Os funcionários despedidos eram necessários ou não? -- Aliás, nem viram os seus direitos pagos totalmente. Pergunto-me porquê? Não estava planeado? Estão à espera que sejam pedidos por via judicial, para que haja mais gastos do erário público? -----

Porquê que não se pensou nesta necessidade antes da caducidade dos 3 contratos, uma vez que estes funcionários já passaram pelas várias fases dos funcionários da Câmara de Santa Maria da Feira – voluntariado, recibos verdes, horas extras não pagas, contratos e agora? Vão para o desemprego e o equipamento funciona com apenas uma pessoa. -----

Como se gere assim um equipamento e como se gere assim a vida dos funcionários? -----

Por esta falta de planeamento e gestão, bem como a criação de falsas expectativas, vamos votar contra as alterações ao mapa de pessoal.” -----



Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que iniciou por comentar que não ficou admirado com o anúncio do voto contra do PS, referindo que na generalidade das situações na Assembleia Municipal, também em consequência do que acontece nas reuniões de Câmara, o PS vota contra.-----

Respondendo à deputada municipal Alexandra Sousa, disse ser pretensão da Câmara, mesmo sem mandar ninguém para casa, ir diminuindo, consoante as possibilidades, o número de funcionários. Referiu que se a Câmara, quando um funcionário vai para a reforma, quando alguém termina o contrato, ou por alguma outra razão, puder diminuir o seu número de funcionários, está a fazê-lo. Disse considerar esse proceder uma boa gestão, considerando que, com a excepção da deputada municipal Alexandra Sousa, o resto dos membros do Partido Socialista não dirão à Câmara para manter funcionários se não forem precisos, ou para contratar mais funcionários.-----

Salientou ainda haver uma grande confusão quando se fala do número de funcionários da Câmara, frisando haver pessoas que estão a estagiar na Câmara e que, no fim do estágio, naturalmente, vão para casa. Fez sobressair que a Câmara já concedeu muito mais estágios do que os que concede nos dias actuais, e que isso acontece precisamente porque muitos ficam com a perspectiva de que, ao fazerem um estágio à Câmara, depois, no final do estágio, têm direito a ficarem empregados na Câmara.-----

Frisou ser por essa razão que tem dado a indicação, até por troca de impressões com os Srs. Vereadores e com os próprios Serviços, que não quer estagiários na Câmara.-----

Interveio novamente a deputada municipal *Alexandra Sousa* (PS), que disse querer deixar claro que, na sua intervenção anterior, não se estava a referir a estagiários, mas sim a pessoas que já trabalham na Câmara há vários anos. Disse que também se estava a referir à Escola Fixa de Trânsito, questionando o que vai ser feito desse equipamento, se o mesmo vai fechar ou se vai continuar a funcionar, mesmo com um só funcionário.-----

O *Sr. Presidente da Câmara* respondeu que a Escola Fixa de Trânsito vai funcionar, e que se for necessário funciona com um funcionário.-----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal



deliberou, por maioria, com 33 votos a favor (PSD: 26, PS: 4, CDU, CDS-PP, Ind.), 12 votos contra (PS) e 5 abstenções (PSD: 1, PS: 3, BE), aprovar a proposta de alteração ao Mapa de Pessoal (previsional) 2011, nos termos da deliberação tomada pela Câmara na sua reunião de 13 de Junho de 2011. -----

Em conformidade, ficam, por conseguinte, reformadas as deliberações de 30 de Dezembro de 2010 e de 28 de Fevereiro de 2011, no respeitante a esta matéria. -----

Reentrou o membro António Domingues Pereira. -----

4 – Aquisição de bens “Fornecimento de Combustíveis e Equipamento Necessário ao Abastecimento e Software de Gestão de Frota”-----

- Autorização da repartição de encargos-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 16 de Maio de 2011 entretanto enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Verificando que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia passou a submeter o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 49 votos a favor (PSD: 28, PS: 18, CDS-PP, CDU, Ind.), 1 voto contra (BE) e 1 abstenção (PS), autorizar a repartição de encargos relativa à aquisição de bens supra-identificada, pelos anos de 2011, 2012, 2013 e 2014, sendo o montante previsível da despesa de 125.202,27 € para 2011, de 187.803,39 € para 2012, de 187.803,39 € para 2013, e de 62.601,15 € para 2014, valores estes sem IVA. ----

Em conformidade, fica, por conseguinte, reformada a deliberação de 28 de Fevereiro de 2011, no respeitante a esta matéria. -----

reforma de por deliberação de 30/10/11 (2011)



5 – Reabilitação do Rio Uíma – Aquisição de terrenos destinados à construção de percursos pedonais e de ciclovias / Alteração das condições de pagamento respeitantes ao contrato-promessa de compra e venda a celebrar com Mário Francisco Coelho e esposa-----

- Autorização da repartição de encargos -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 16 de Maio de 2011 entretanto enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Verificando que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia passou a submeter o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 50 votos a favor (PSD: 28, PS: 19, CDS-PP, CDU, Ind.), 0 votos contra e 1 abstenção (BE), autorizar a repartição de encargos para aos anos de 2012 e 2013, respeitante ao contrato-promessa de compra e venda supra-identificado, nos termos da deliberação tomada pela Câmara na sua reunião de 16 de Maio de 2011. -----

6 – Fixação de preço para venda do livro “O Castro de Romariz”, de autoria do Professor Doutor Rui Manuel Sobral Centeno (para conhecimento)-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 30 de Maio de 2011 entretanto enviada, oportunamente, a todos os



4

membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

E, a Assembleia Municipal, no seguimento da deliberação tomada por este Órgão na sua sessão extraordinária de 17 de Novembro de 2000, tomou conhecimento do preço de venda ao público do livro supra-identificado, pelo valor unitário de 25,00 € (vinte e cinco euros). -----

Reentrou o membro António Topa. -----

7 – Documentos de Prestação de Contas da Associação de Municípios das Terras de Santa Maria do ano de 2010 (para conhecimento) -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, agendado no seguimento do ofício remetido à Mesa pelo Presidente do Conselho Directivo da Associação de Municípios das Terras de Santa Maria, registado na Divisão de Administração Geral sob o n.º 9791, em 13 de Maio de 2011, documento esse entretanto enviado oportunamente a todos os grupos municipais com representação nesta Assembleia, e que aqui se dá por transcrito. -----

Interveio o membro *António Cardoso* (PS) que iniciou por dizer que, apesar da matéria em causa ser presente à Assembleia para conhecimento, tivera algum cuidado ao apreciar os documentos e encontrou coisas misturadas, concretizando que encontrou deliberações de 2011 que não fazem sentido que apareçam nos Documentos de Prestação de Contas de 2010, nomeadamente uma proposta de alteração aos estatutos da PERM, EIM em que a qual foi autorizada a requerer a declaração de utilidade pública para efeitos de expropriações. -----

Disse, também, ver com alguma preocupação a tentativa de mudança do objecto da empresa, ressaltando que, inicialmente, o PERM era um parque para veículos em fim de vida. Referiu que, em tempos, alertou que, perigosamente, os nomes iam sendo alterados, e que se chegou ao ponto de, numa reunião de Câmara, se adiantar a possibilidade de instalar no PERM indústrias que estejam em conflito com as populações e que tenham outros problemas, nomeadamente empresas poluidoras. -----

Salientou que, depois, também teve conhecimento que foi celebrada, em 2011, apesar de constar nos Documentos de Prestação de Contas de 2010, uma parceria público-privada em que uma das empresas que integra a parceria é a empresa Alexandre Barbosa Borges II -



Imobiliária, S.A., pertencente ao grupo Alexandre Barbosa Borges, S.A., ressaltando que essa empresa do ramo imobiliário é especializada no desenvolvimento de betão pronto e betão betuminoso. -----

Referiu que a ideia de que se podia instalar no PERM uma unidade produtora de produtos tóxicos e de betuminosos aparece associada a empresas imobiliárias, frisando, a esse respeito, que não há almoços grátis, ainda mais quando são os privados a suportarem os ónus. -----

Disse ter recebido da CCDR-N a informação de que não se pode alterar o projecto do PERM, que o Estudo de Impacto Ambiental e a Declaração de Impacto Ambiental têm que ser respeitados e que, perante isso, percebe que se está a tentar fazer público que serão instaladas unidades poluidoras. -----

Salientou que da análise dos documentos ficou também a saber que a situação do Município de Santa Maria da Feira com vista à utilização da ETAR do Salgueiro é uma boa situação e que as questões financeiras já estarão mais ou menos resolvidas. -----

Aludiu aos Resíduos de Construção e Demolição (RCD), dizendo estar previsto o aluguer de um terreno por cerca de 3 mil euros por mês, para depósito de materiais das construções, dizendo esperar que o mesmo não se localize no Parque de Pigeiros. -----

Disse que, quanto à Protecção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza, o relatório é muito pobre, que fala do canil intermunicipal e pouco mais, fazendo sobressair que, pela análise do documento, se constata que a AMTSM não tem tido um trabalho muito profícuo nesse campo. -----

Salientou que, nas questões económico-financeiras, no encontro de contas, a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira não deixa os seus créditos por mãos alheias, devendo com fartura. -----

Concluindo, recordou a questão relativa à unidade de Resíduos de Construção e Demolição (RCD), perguntando se, efectivamente, o depósito desses resíduos vai ficar, ou não, no PERM, ressaltando que nada estava previsto nesse sentido. -----

Interveio o *Sr. Presidente da Câmara*, dizendo ser difícil comentar e responder às questões levantadas pelo membro António Cardoso, dado serem tão baralhadas e tão fora do contexto. -
Informou, no entanto, que a unidade de RCD vai ser feita na antiga lixeira de Ossela, sem contudo deixar de dizer que o PERM não tem nada a ver com a questão dos RCD. -----



Relativamente à parceria público-privada, lamentou que se venha para a Assembleia levantar suspeições pelo facto de uma das cinco empresas que se associaram, ter no seu objecto o desenvolvimento de betão betuminoso. Disse que o facto de uma das empresas ter no seu objecto um género de actividade não quer dizer que essa actividade venha a ser transposta para o PERM, fazendo sobressair que o negócio que está envolvido na parceria público-privada é completamente diferente. -----

Concluiu dizendo que se levantam suspeições e misturam-se assuntos só para confundir, dando nota de que já começa a ser hábito vir para a Assembleia Municipal fazer suposições, em vez de tratar os assuntos de interesse para o Município de Santa Maria da Feira. -----

Seguidamente, o Sr. Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia, tendo a Assembleia Municipal tomado conhecimento dos Documentos de Prestação de Contas da Associação de Municípios das Terras de Santa Maria do ano de 2010.-----

Saiu o membro Marco Aurélio Jesus bem como a Sr.ª Susana Daniela Silva - representante, nesta sessão, do Presidente da Junta de Freguesia de Lobão.-----

8 – Procedimento concursal para o “Fornecimento de refeições escolares em confecção local e refeições a transportar para Jardins-de-Infância e Escolas do 1.º CEB do Município de Santa Maria da Feira”-----

- Autorização da Repartição de Encargos-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 27 de Junho de 2011 entretanto enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Interveio o membro *Nuno Serrano* (BE), que começou por dizer que se continua a assistir a que alguns dos pedidos de autorização de repartições de encargos presentes à Assembleia Municipal não sejam acompanhados com a informação do objecto das mesmas, salientando



que quando se decide alguma coisa é suposto saber-se sobre o que se decide. Frisou, contudo, não ser o caso da repartição de encargos em causa, uma vez que se informa qual o objecto da mesma.-----

Referiu que o considerando b) da proposta – transcrita na deliberação camarária supra-identificada – diz que o Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico surge não só devido à urgência de fazer cumprir uma lei existente que atribuía aos municípios a responsabilidade pelo fornecimento das refeições aos alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico, como também para garantir aos alunos que frequentam as actividades extra-curriculares, o fornecimento de refeições escolares nutricionalmente equilibradas, imprescindíveis para permitir a permanência dos alunos na escola desde as 9h00m até às 17h30m. -----

Disse que, nessa medida, não se compreende que o único critério que existe para a adjudicação é o preço mais vantajoso, quando no considerando fala em refeições nutricionalmente equilibradas. -----

Nessa medida, concluiu dizendo que a qualidade das refeições deveria ser um dos critérios para a adjudicação e que, por essa razão, iria votar contra. -----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para esclarecer que o que estava em causa era a autorização da Assembleia Municipal para a Câmara assumir o compromisso para os três anos, a que o procedimento concursal se refere.-----

Disse não estar em causa a quem será feita a adjudicação, fazendo sobressair que se fosse esse o motivo a Câmara teria feito distribuir aos membros da Assembleia o caderno de encargos, no qual estão definidas as condições do fornecimento.-----

Referiu estar convencido de que se a Câmara fizesse constar muitos critérios para a adjudicação, o mesmo Nuno Serrano teria criticado dizendo que a Câmara tinha incluído muitos critérios para, depois, adjudicar a um amigo, tal como criticou em relação à questão do software informático. Sublinhou que a Câmara é clara e incluiu critérios que são absolutamente claros, recordando que a Câmara tem duas nutricionistas que acompanham, escola a escola, a qualidade das refeições fornecidas.-----

Concluiu ressaltando existir um caderno de encargos que estipula como devem ser fornecidas as refeições e que, a partir daí, os fornecedores têm de cumprir esses critérios. Disse que



9

ganhará a adjudicação a entidade que fizer o preço mais barato, salientando não perceber como podem surgir dúvidas em torno dessa situação. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 49 votos a favor (PSD: 28, PS: 18, CDS-PP, CDU, Ind.), 1 voto contra (BE) e 0 abstenções, autorizar a repartição de encargos relativa ao procedimento concursal supra-identificado, pelos anos de 2012, 2013 e 2014, sendo o montante previsível da despesa de 986.294,40 € para 2012, de 986.294,40 € para 2013, e de 986.294,40 € para 2014, valores estes sem IVA. -----

Em seguida, o *Sr. Presidente da Assembleia* submeteu a minuta da acta desta sessão a aprovação e, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta a acta desta sessão. -----

Posto isto, e nada mais havendo a tratar, às 23,45 horas, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal em exercício encerrou os trabalhos, do que para constar, se lavrou esta acta que vai ser assinada por todos os membros da Mesa. -----

O Presidente,

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,